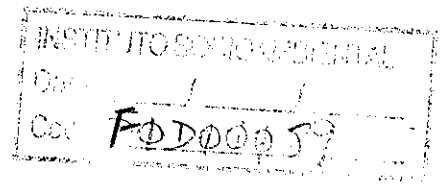




FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente



FUNDAÇÃO FLORESTAL
Vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

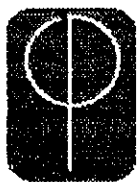
PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL

II SEMINÁRIO
“Propostas e encaminhamentos para o PEI”
19 a 21 de outubro de 1996.

SÍNTESE E RESULTADOS

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Outubro/1996



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

Parque Estadual Intervales PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário: “Propostas e encaminhamentos para o
Parque Estadual Intervales”

SÍNTESE E RESULTADOS

1. INTRODUÇÃO

Atualmente faz-se necessário o aprimoramento dos modelos de gerenciamento praticados nas unidades de conservação de todo o país. A inserção das UCs nos processos sócio-econômicos de suas respectivas regiões é de fundamental importância, e o debate para tanto deve contar com a presença das comunidades do entorno, dos funcionários, das prefeituras, das ONGs, da comunidade científica, da iniciativa privada, enfim, de todos os diretamente envolvidos com a unidade, além dos demais setores interessados. A formação de parcerias, o resgate do valor real da conservação para toda a sociedade, o respeito aos interesses sociais e padrões culturais, a função regional das unidades de conservação e a promoção explícita de propostas de desenvolvimento sustentado são alguns dos caminhos que devem ser seguidos pelas equipes que coordenam e responsabilizam-se pela gestão e manutenção deste patrimônio.

Dentro deste espírito, no processo de elaboração do plano de gestão emergencial para o Parque Estadual Intervales, esforços têm sido feitos no sentido de envolver o maior número de colaboradores possível e a diversidade representativa dos diferentes segmentos da sociedade.

O Parque Estadual Intervales abriga 49.000 ha de área em ótimo estado de conservação. Reconhecido internacionalmente pela *UNESCO* como núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, traz ainda a característica de compor, juntamente com outras três unidades, um corredor de áreas protegidas na Serra de Paranapiacaba, que supera os 120.000 ha. Este *continuum* ecológico formado pelos Parques Estaduais de Carlos Botelho, Intervales, Turístico do Alto Ribeira (PETAR) e a Estação Ecológica de Xitué representa uma das áreas mais significativas do ecossistema Mata Atlântica, tanto do ponto de vista de sua extensão, quanto do grau de preservação.

No Estado de São Paulo, quase que a totalidade das unidades de conservação está vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, estando a maioria sob a administração do Instituto Florestal, principalmente entre as chamadas de “uso indireto” e as de produção florestal, mas há também algumas sob a responsabilidade da CPLA, IBT e Fundação Florestal. O Parque Estadual Intervales, criado em junho/95, está vinculado à Secretaria do Meio Ambiente através da Fundação Florestal, que já administrava uma de suas áreas de origem – a Fazenda Intervales – desde 1987.

2. O SEMINÁRIO

Os objetivos básicos delineados para o II Seminário do plano de gestão emergencial: “Propostas e encaminhamentos para o Parque Estadual Intervales” foram:

- envolver o maior número de colaboradores possível e a diversidade representativa dos diferentes segmentos da sociedade na discussão de propostas e encaminhamentos para o parque;
- resultar em propostas e encaminhamentos para os principais programas de ação do parque; e
- resultar em propostas e encaminhamentos para os principais conflitos do parque.

Participantes

Participaram cerca de uma centena de pessoas, distribuídas nos três dias do evento. O quadro a seguir indica a representatividade de cada setor nos diversos momentos do seminário:

SETOR	19 set. - Abertura com retrospectiva e preparação para os GTs	20 set. - Discussões em grupos de trabalho	21 set.- Plenária e encerramento
Comunidades	12,90%	18,56%	17,58%
Empresas	8,60%	8,25%	6,59%
FF	13,98%	14,43%	18,68%
Funcionários do PEI	17,20%	9,28%	12,09%
IF	7,53%	6,19%	7,69%
SMA	10,75 %	9,28%	7,69%
Imprensa	2,15%	2,06%	2,20%
ONGs	5,38%	4,12%	3,30%
Outros órgãos estaduais	4,30%	5,15%	6,59%
Polícia Florestal e de Mananciais	215%	3,09%	3,30%
Prefeituras	753%	10,31%	9,89%
Universidades	7,53%	9,28%	4,40%
TOTAL	93 participantes	97 participantes	91 participantes

Dentre as instituições participantes, destacam-se: PM de Ribeirão Grande, PM de Eldorado, PM de Iporanga e PM de Capão Bonito; pesquisadores vinculados à USP, UNICAMP, UNESP e PUC-RS; representantes das Secretarias de Estado da Agricultura (CATI e IEA), da Justiça (ITESP), do Turismo, e da Fazenda; representantes da Polícia Florestal e de Mananciais¹ da região e do comando central; representantes de ONGs (ASA - Iporanga, EGAI - Iporanga, MOAB - Eldorado, EcoBrasil - São Paulo e Comissão Pró Índio - São Paulo), representantes das comunidades remanescentes de quilombos de Ivapurunduva, Maria Rosa, São Pedro, Pilões e Pedro Cubas, do Vale do Ribeira, e da comunidade Boa Vista, do Alto Paranapanema, representantes de empresas dedicadas a atividades relacionadas aos temas em discussão (Indústrias Votorantim e outras mineradoras, Bioma, Agro-industrial Eldorado,...) além de representantes da Fundação Florestal, do Instituto Florestal, de outros órgãos da SMA (CPLA, CINP, IG, IBt e DEPRN) e do próprio Parque Estadual Intervales. O anexo 1 traz a lista geral de participantes.

Estrutura e organização

O seminário foi concebido de forma a consolidar todo o processo de elaboração do plano de gestão emergencial e ao mesmo tempo ampliar as discussões que já vinham sendo realizadas. A utilização do próprio Parque Estadual Intervales como sede dos debates pretendeu levar aos participantes de regiões distantes uma vivência da área, e ao mesmo tempo, facilitar a participação dos representantes da região, aproximando os dois grupos entre si. Os trabalhos foram divididos em exposições, discussões em grupo e plenárias.

3. OS CONTEÚDOS

O diretor executivo da Fundação Florestal, Marcos Byigton Egydio Martins, abriu o seminário, enfatizando a necessidade de sustentação econômica das UCs. A seguir foi feita uma retrospectiva pela coordenadora do GT do plano de gestão emergencial, Kátia Pisciotta. O supervisor do Parque E. Intervales, Ocimar Bim, fez uma exposição das condições operacionais da Fundação Florestal para o PEI e cada um dos temas que seriam discutidos no dia seguinte foram sumariamente apresentados por componentes dos subgrupos de trabalho, respectivamente: pesquisa e manejo, Eleonora Trajano; ecoturismo e educação ambiental - Kátia Pisciotta; integração com as UCs vizinhas, José Luiz Maia; entorno: comunidades de Xiririca, Sandra Guanaes; mineração, Hélio Shimada; e palmito, Wagner Portilho. Após esta contextualização inicial do momento em que o seminário estava se realizando, o diretor de operações da Fundação Florestal, Cláudio Maretti, apresentou o zoneamento preliminar elaborado para o PEI (anexo 2).

¹ Polícia Florestal e de Mananciais é parte da corporação da Polícia Militar do ESP.

4. AS DISCUSSÕES

A sexta-feira, 20 de setembro, iniciou-se com as discussões em grupo, uma vez que cada grupo já tinha os participantes designados{feito}, tanto pela manhã quanto pela tarde. Os critérios para a distribuição nos GTs foram de afinidade com o tema, de representatividade dos diversos setores presentes em todos os temas e de homogeneidade de número de participantes por grupo. Em função do grande número de participantes, havia dois grupos por tema. As discussões prolongaram-se por cerca de duas horas. Após este período os dois grupos em seus temas respectivos reuniram-se, preparando um relato único,

Para cada grupo foi apontado um coordenador e um relator, que se reuniram com a coordenação do seminário na quinta-feira a noite, para preparo das discussões e novamente reuniram-se na sexta-feira a noite, para uma avaliação geral antes da plenária do sábado. O anexo 3 apresenta a composição de cada grupo, com a indicação dos coordenadores e relatores.

Foram preparados roteiros para o norteamento das discussões em cada tema, conforme apresentado no anexo 4.

Os produtos das discussões de cada grupo serão apresentados no item conclusões, já com as conclusões da plenária. O debate estabeleceu-se (e talvez até tenha prolongado-se por demais, atrasando o encaminhamento previsto para o sábado) dentro de cada um dos temas, a partir do relato das proposições de cada grupo. Os debates, assim como cada um dos pronunciamentos realizados, foram gravados. As fitas estão sendo transcritas e posteriormente este material estará disponível.

5. CONCLUSÕES

As conclusões do seminário estão apresentadas em “Diretrizes” e “Ações”, referentes a cada um dos temas debatidos. Os quadros trazem os resultados das discussões dos grupos e da consolidação de cada tema em plenária. Algumas ações apresentam-se em mais de um tema, sob seu respectivo enfoque.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PESQUISA E MANEJO	
DIRETRIZES	AÇÕES
<p>Buscar aumento da realização de pesquisas no PEI:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aceitando projetos compatíveis com as diretrizes do PEI, desenvolvidos por pesquisadores e outras instituições com interesses e recursos próprios (submetidos a aprovação pelo comitê científico); • realizando esforços para suporte a projetos que contemplem as “lacunas de conhecimento” do PEI, apoiando com a produção de informações necessárias à sua gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar junto à comunidade científica, e aos órgãos de fomento à pesquisa, as linhas de pesquisa de interesse do PEI. • Buscar financiamentos, parcerias e outras formas de viabilização destes projetos de pesquisa, em conjunto com os pesquisadores do PEI e embasado pelo comitê científico. • A ampliação do quadro de monitores de campo, através das parcerias ou de financiamentos, com manutenção da política de o mesmo grupo servir para pesquisa e ecoturismo de fora do quadro de funcionários do PEI. • Propiciar a divulgação dos conhecimentos produzidos, para as comunidades do entorno, para os monitores e funcionários, para a comunidade científica e para a sociedade em geral.¹
<p>Manter e ampliar o comitê científico do PEI Atribuições básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • discussão permanente das diretrizes de pesquisa para a área; • análise dos projetos encaminhados; • análise permanente do andamento das atividades; e 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir um fórum de pesquisa ampliado, constituído pelo CC e outros atores envolvidos ou diretamente afetados pelo tema, como por exemplo as comunidades do entorno que terá por objetivo a definição das diretrizes.

¹ Palestras dos pesquisadores aos monitores e funcionários do PEI, com objetivos de informação e treinamento; palestras, comunicações e produção de material informativo dos pesquisadores do PEI às comunidades internas e do entorno, com o objetivo de ressaltar a importância das pesquisas e repassar o produtos delas para o cotidiano das comunidades; produção de material informativo voltado à educação ambiental e ecoturismo, resgatando o conteúdo local da biologia, geografia, cultura, et c.; produção de resumos científicos para embasar a divulgação de informações prestadas pela FF à imprensa e demais interessados.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

<ul style="list-style-type: none"> • interlocução com as instâncias análogas do Estado (outros CCs). Composição: • cinco pesquisadores, segundo os temas prioritários; representante da FF; e representante do IF (presidente do COTEC). 	
<p>Considerar-se na elaboração e análise dos projetos de pesquisa a realidade do <i>continuum</i> ecológico. Integração das ações em pesquisa científica com as UCs vizinhas, considerando o <i>continuum</i> ecológico²</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciar (analisar, aprovar, acompanhar, <i>et c.</i>) as pesquisas já segundo o conceito de <i>continuum</i> ecológico, permitindo que o PEI sirva de base as pesquisas das quatro UCs. • Buscar, com o tempo, a operacionalização³ para aplicação do conceito de <i>continuum</i> ecológico no gerenciamento das pesquisas, para o PEI, PETAR, PECB, e EEX. • Adequação do Comitê Científico para atender ao conceito de <i>continuum</i> ecológico. • Estabelecimento de diretrizes integradas, voltadas também para levantamentos expeditos para laudos de dano ambiental, recuperação de áreas degradadas, pesquisa de apoio ao Sistema de Meio Ambiente, de apoio aos planos emergenciais de gestão e aos sistemas de manejo de recursos agro-florestais, destacando-se plantas ornamentais, medicinais e aromáticas, animais silvestres e recursos para uso artesanal. • Realização de seminários de integração voltados à pesquisa científica, no âmbito do <i>continuum</i> ecológico.

² Amarração feita com as diretrizes para Pesquisa e Manejo no PEI

³ O primeiro passo operacional é a absorção de um membro do IF no CC.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

<p>Ampliação das possibilidades de acesso às diferentes regiões do parque</p> <ul style="list-style-type: none"> • instalação de novas bases de pesquisa; e • melhor implementação das bases já existentes. <p>(Localização física: as bases estarão vinculadas às estruturas estabelecidas para as bases de vigilância, havendo as relacionadas à região da sede e as relacionadas ao vale do Ribeira.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar-se a estrutura já existente, compondo-se uma base especial 888 exclusiva para pesquisa na região do Saibadela, no vale do Ribeira • Instituir-se um grupo de trabalho com a incumbência de elaborar um projeto para busca de fontes de financiamento (“Projetão”). <p><u>Fontes de financiamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • projetos temáticos de universidades ou institutos de pesquisa; • convênios com universidades e outras instituições do exterior; e custeio das bases pela iniciativa privada.
<p>Considerar-se como linhas prioritárias de pesquisa para o PEI:</p> <ul style="list-style-type: none"> • sócio-economia; • inventários; • ecologia; • ecoturismo; e • recuperação de áreas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer-se linhas prioritárias para pesquisa que atendam às necessidades sociais e ambientais do entorno. • Proceder-se à elaboração de um projeto de manejo sustentado do palmitero, com fins de pesquisa experimental – melhoria das técnicas disponíveis – e demonstrativo de todas as suas fases, inclusive corte e comercialização, com a possibilidade de trabalho com comunidades, para viabilizar essa alternativa de utilização.⁴ • Contemplar-se também outras possibilidades, como plantas medicinais e ornamentais e considerar a necessidade de recuperação de espécies não arbóreas.

⁴ e ocupação das áreas próximas às linhas de divisa

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

INTEGRAÇÃO COM AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO VIZINHAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIRETRIZES	ACÕES
Integração com as UCs e municípios vizinhos para roteiros de ecoturismo e ações conjuntas de educação ambiental.	(Vide quadro próprio.)
Integração das ações de pesquisa científica.	(Vide quadro próprio.)
Unificação, padronização e otimização de recursos humanos, financeiros e operacionais, assim como da linguagem e forma de atuação da vigilância.	<ul style="list-style-type: none"> • Ações conjuntas entre as UCs, Polícia Florestal e DEPRN, nas áreas limítrofes (Resolução Conama 13/90). • A equipe do Parque E. Intervales deve assumir oficialmente a fiscalização da EE Xitué e Gleba C, contígua à Xitué. • Para as Glebas Xiririca A e B, o esquema de fiscalização conjunta deverá ser estabelecido após a adequação legal dos limites. • Os agentes fiscalizadores (vigilantes) devem cumprir um papel de também de agentes educativos.
Envolvimento com as comunidades e proprietários rurais no sentido de reforçar o conceito de <i>continuum</i> ecológico	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parcerias com médias e grandes propriedades do entorno, para a promoção de técnicas produtivas sustentáveis, visando o repasse posterior destas técnicas aos pequenos produtores. • Adequação dos zoneamentos das UCs, de forma a compatibilizar suas classes de uso, assim como suas áreas de entorno.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

<p>Preparação de planos emergenciais de gestão para cada uma das UCs do <i>continuum</i> ecológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar início à elaboração dos planos emergenciais e planos diretores de gestão do PETAR, PE Carlos Botelho e EE Xitúé.
<p>Otimização de aspectos operacionais para a integração das UCs</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de um grupo de trabalho, com coordenador formal, para dar continuidade às atividades de integração propostas, tendo como tarefas básicas: <ul style="list-style-type: none"> - elencar e priorizar as ações de curto, médio e longo prazo; - estabelecer cronogramas e monitorar a efetivação das metas propostas. • Centralização das ações fundiárias e jurídicas relativas ao <i>continuum</i> ecológico, com apoio do advogado do PE Carlos Botelho. As ações devem ser conjuntas com a Assessoria de Estudos Patrimoniais - AEP, do IF-SMA, e o ITESP, da SJ.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO	
DIRETRIZES	AÇÕES
<p>Divulgação ampla das UCs e municípios e melhoria da qualidade de atendimento aos visitantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Unificação de folhetos informativos e de divulgação das UCs e dos municípios, com informações históricas, atrativos turísticos e prestação de serviços (material promocional). Custeio do material integrado pela SMA, SET, iniciativa privada, prefeituras municipais. • Incentivo à formação de centros de recepção turística, para divulgação, exposição e venda de produtos artesanais regionais, assim como para prestação de informações em geral, tanto nas sedes das UCs, como em pontos estratégicos dos municípios. • Estabelecimento de parcerias com ONGs e prefeituras para capacitação e formação de pessoal local (monitoria e atividades ligadas ao ecoturismo). • Estabelecimento de roteiros regionais integrados (incluindo UCs vizinhas e outros atrativos dos municípios abrangidos). • Realização de eventos e elaboração de materiais diferenciados para quatro linhas de atuação: <ul style="list-style-type: none"> a) turistas; b) escolas regionais e outros setores urbanos regionais; c) comunidades de dentro e do entorno das UCs (assessoria técnica e jurídica aos produtores - legislação, ICMS extensionismo extensão ambiental, <i>et c.</i>); e d) funcionários das UCs.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

	<p>Promover reuniões semestrais entre os prefeitos, presidentes de câmaras municipais, presidentes de Codemas e outras lideranças políticas regionais, sediadas nos parques, para discussão das questões relativas ao <i>continuum</i> e de eventos de interesse dos municípios (que se relacionem de alguma forma com os objetivos do PEI).</p>
<p>Promoção da educação ambiental para os diversos tipos de segmentos sociais e econômicos.</p> <p>Devem ser privilegiadas as seguintes comunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ivapurunduva; Pedro Cubas; São Pedro; Pilões; e Maria Rosa (P.E. Intervalles); • Bairro da Serra; Ribeirãozinho; Bombas; Passa Vinte; Cachimba; e Capinzal (PETAR); e • Saibadela; Rio Preto; Ribeirão da Serra; Mamparra; Travessão; e Barra do Ribeirão (P.E. Carlos Botelho). 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um grupo técnico das UCs para apoio e acompanhamento aos produtores, com a produção de material didático para o extensão ambientalismo. • Transformar as UCs em pontos de referência regionais para a realização de reuniões e encontros dessas comunidades.
<p>Desenvolver produtos de ecoturismo educação ambiental que levem ao cumprimento dos objetivos do PEI para a conservação, desenvolvimento regional e sustentabilidade econômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação do turismo com pesquisa científica: desenvolver produtos de turismo científico (em especial na região do Saibadela), como cursos, palestras, caminhadas monitoradas e outras atividades. • Fomentar a comercialização e consumo de produtos e serviços regionais, visando contribuir para o desenvolvimento regional. • Diagnóstico das escolas situadas na área circunvizinha do parque para a realização de programas de educação ambiental (parceria SMA, Secretaria da Educação, prefeituras e comunidades).



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

	<ul style="list-style-type: none"> • Reativar o uso do ateliê para ser parte integrante do produto ecoturístico, visando estimular a difusão de técnicas de trançado de bambu, cestarias, cerâmica e outros produtos de artesanato regionais, a partir das comunidades locais/regionais, bem como. • Construção de um Centro de visitantes, com um centro de convenções, biblioteca, mini-museu e outras áreas, viabilizando-se assim a ampliação do tempo de permanência dos visitantes, contribuindo para o implemento das atividades geradoras de recursos econômicos. <ul style="list-style-type: none"> - o centro de convenções deve propiciar a realização de eventos sobre meio ambiente em geral, educação ambiental e ecoturismo em especial; - a biblioteca deve ser destinada à consulta dos visitantes, funcionários e pesquisadores, associada ao mini-museu, visando disponibilizar os resultados das pesquisas científicas realizadas na área, além de outras informações; - o mini-museu deve ser enriquecido com fotos, mapas, materiais históricos, maquetes e outros. • Retomar as atividades de educação ambiental com as escolas públicas da região, ampliando-as para a participação de escolas de São Paulo, criando-se um programa específico para alunos e professores.
<p>Planejar o aumento da visitação na região da Sede</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os segmentos de mercado para o desenvolvimento de uma estratégia de marketing direcionada. • Utilizar as informações geradas pela pesquisa científica para contribuir na formatação de novos produtos e elaboração de material

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

	<p>de marketing.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento das parcerias com SENAC e outras instituições de ensino e pesquisa para aperfeiçoamento e capacitação profissional. • Buscar a melhoria do serviço oferecido e a otimização da captação de recursos, com vistas à sustentabilidade econômica do PEI, através da capacitação de recursos humanos e redimensionamento da infraestrutura existente,. • Criar um sistema que integre operadoras/agências de ecoturismo, ONGs, escolas e outras instituições usuárias do PEI, visando: <ul style="list-style-type: none"> - operacionanlização dos produtos ecoturísticos; - credenciamento e treinamento de guias e monitores das empresas. • Desenvolver metodologia para o estabelecimento da capacidade de suporte das áreas de atividades de ecoturismo no PEI. Para tanto, estabelecer parceria com instituições de ensino e pesquisa.
<p>Incentivar o desenvolvimento de produtos ecoturísticos integrados às outras UCs e serviços ecoturísticos regionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias com ONGs, associações e prefeituras para o planejamento e operacionalização de roteiros ecoturísticos regionais.
<p>Utilizar a educação ambiental como um mecanismo de difusão de informações e técnicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar/fomentar o estudo das técnicas de manejo das matérias primas utilizadas para a confecção de produtos artesanais. • Incentivar/ fomentar o estudo de manejo agro-florestal e manejo e uso do solo para as comunidades do entorno.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

<p>Criar mecanismos de consulta para a população local sobre as atividades do PEI, em especial sobre ecoturismo/educação ambiental, fortalecendo seu envolvimento nos processos decisórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No âmbito dos municípios do entorno, promover cursos, palestras e seminários voltados à população, para difusão do conhecimento sobre o PEI, ecoturismo e desenvolvimento sustentável. • Estabelecer parcerias com as prefeituras, ONGs, associações locais, cooperativas e outras entidades regionais para o desenvolvimento de programas de educação ambiental.
<p>Integrar com a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar-se um estudo de potencialidade ecoturística para a face Vale do Ribeira do PEI, considerando-se: <ul style="list-style-type: none"> - a população local, suas expectativas e limitações; - os roteiros possíveis no Parque; - compatibilização com atividades de pesquisa científica - sustentabilidade econômica do projeto.

ENTORNO REGIONAL E LOCAL - GLEBAS XIRIRICA	
DIRETRIZES	AÇÕES
Envolvimento direto com as comunidades quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir as formas de viabilizar a exclusão das áreas do Parque Intervales que incidem nas áreas requeridas pelas comunidades remanescentes de quilombos nas glebas Xiririca A e B⁵ • Promover a discussão junto à SMA, com auxílio do “Grupo de trabalho dos Quilombos”⁶, para: <ul style="list-style-type: none"> - a revisão do zoneamento da APA da Serra do mar, especialmente no que diz respeito à zona de vida silvestre (a proposta é que a área seja oficializada como zona tampão do parque, com regulamentação a ser definida pelas comunidades e setores da SMA); - encaminhar a proposta de tratamento diferenciado para as comunidades quilombolas no que se refere ao uso da terra, conforme garante a Constituição Federal (art. 68 e 216). • Desenvolver programas de educação ambiental junto às comunidades do entorno, incluindo orientações sobre legislação ambiental. • Propiciar a elaboração de projetos globais de manejo sustentado, por comunidade, para agilização da obtenção de licenciamento único por parte do DEPRN.

⁵ Áreas Indicadas no zoneamento

⁶ GT criado por resolução, junto à Secretaria da Justiça.



DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

Fortalecimento das relações institucionais entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria da Agricultura

- Discutir alterações da legislação ambiental no Vale do Ribeira, com vistas a possibilitar a produção agropecuária, dentro do conceito de desenvolvimento sustentado.
- Manutenção da roça tradicional, com possibilidade de utilização do método “coivara”. Faz-se necessária a assessoria de técnicos da área agrícola e social, para a discussão de formas de melhoria do cultivo.
- Utilização dos recursos provenientes do “ICMS ecológico” em projetos que sofrem com restrições da legislação ambiental.
- Elaboração de projetos de manejo sustentado, com ampliação de possibilidades de utilização da floresta.
- Elaboração de projetos de reflorescimento e manejo sustentado do palmito nas comunidades do entorno.

ENTORNO REGIONAL E LOCAL - MINERAÇÃO	
DIRETRIZES	AÇÕES
<p>Estabelecer uma relação entre empresas mineradoras e SMA na busca de consensos quanto à exploração minerária no entorno de Unidades de Conservação</p> <p>Obs.: Não é aceitável a promoção de discussões envolvendo a possibilidade de mineração no interior de Unidades de Conservação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a ligação entre empreendedores e pesquisadores atuantes nos parques para a realização de estudos de impacto ambiental. • Criar uma comissão para estabelecer regras que levem em consideração: <ul style="list-style-type: none"> - restrições ao empreendimento; - comprometimento do empreendedor em dedicar parte da renda para a UC; - alternativas de contrapartida (selo verde para o empreendedor, se a condução do empreendimento assim merecer). • Promover estudos específicos sobre as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> - disponibilidade de emprego x meio ambiente; - vida útil dos projetos minerários; - impactos sobre o <i>continuum</i> ecológico; • Criar um fórum de debates específico para discutir a questão minerária no PETAR, reunindo empresários, SMA e DNPM.
<p>Promover a discussão sobre mineração no âmbito da SMA e outras instâncias do Governo do Estado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer um diagnóstico dos requerimentos de pesquisa e concessão minerária em áreas de parques (IG tem estudos preliminares). • Criar um fórum de discussão com o DNPM. • Retomar a definição do planejamento do setor de calcário em São Paulo.

ENTORNO REGIONAL E LOCAL - PALMITO	
DIRETRIZES	AÇÕES
<p>Desenvolvações para o interior das UCs, combinadas com ações para o entorno, buscando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reverter a clandestinidade da exploração do palmito; • gerar conhecimento regional para difusão de tecnologia fundada em amplo processo de extensão ambiental; • desenvolver alternativas de manejo e de geração de renda, a partir do estudo e difusão da exploração sustentada dos recursos naturais. • desenvolver ações gerais para fiscalização e regularização da comercialização do palmito. 	<p>Implantar um projeto experimental e demonstrativo de manejo sustentável do palmito, para estudo e demonstração de novas formas de utilização do palmito e outros produtos florestais associados, nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proceder a um diagnóstico das populações próximas às bases de vigilância Saibadela, Guapiruvu, Quilombo e Funil. • Trazer e envolver os exploradores clandestinos. • Difundir a técnica de manejo sustentado e aprimorá-la. • Vincular o projeto à intensificação da vigilância nas áreas exploradas clandestinamente. • O projeto está proposto para uma faixa contígua à Unidade de Pesquisa de Saibadela. • Vincular o projeto a investimentos públicos ou privados de geração de alternativas sócio-econômicas para a região. • Gerar reflexões sobre a legislação de parques. • Promover a desburocratização para as licenças ambientais dos projetos. • Promover a discussão sobre a aplicação do "ICMS ecológico", privilegiando as populações mais atingidas pelas restrições legais ambientais. • Fomentar associações de reposição florestal voltadas ao palmito.



**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II SEMINÁRIO "Propostas e encaminhamentos para o PEI"**

ANEXOS

ANEXO 1 - Listagem de participantes

ANEXO 2 - Zoneamento preliminar

ANEXO 3 - Composição dos grupos de trabalho

ANEXO 4 - Roteiros para as discussões dos grupos de trabalho

ANEXO 5 - Matérias produzidas pela imprensa



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II SEMINÁRIO “Propostas e encaminhamentos para o PEI”**

ANEXO 1

Listagem de participantes

20



**Parque Estadual Intervales
Plano de Gestão Emergencial**

Lista de Participantes do II Seminário-Propostas e Encaminhamentos para o PEI

- 1 Ademar Romeiro - UNICAMP IE
- 2 Adriana Neves da Silva - DAT -FF
- 3 Alberto de Carvalho Neto - Prefeitura Municipal de Capão Bonito
- 4 Alcídio Pinheiro Ribeiro - Agrical S/A
- 5 Alessandra Martins- Secretaria de Esporte e Turismo
- 6 Aliete Rodrigues de Lima Santos- PEI DO FF
- 7 Ana Rita Ferraz de Almeida - PEI DO FF
- 8 Antonio Benedito Jorge- Associação Amigos de Bairro de Eldorado
- 9 Antonio De Petris - Mineração De Petris
- 10 Antonio Eduardo Sodrzeieski - Conselho de Desenvolvimento Rural de Iporanga
- 11 Antonio Franco de Lima - Comunidade Maria Rosa
- 12 Antonio Modesto Pereira - PETAR IF
- 13 Antonio Morato - Comunidade São Pedro
- 14 Aurico Dias - Comunidade São Pedro
- 15 Benedito A. da Silva - Comunidade Ivapurunduva
- 16 Benedito Silvério - Comunidade São Pedro
- 17 Benedito Vieira dos Santos - PEI DO FF
- 18 Bento Vieira - PETAR IF
- 19 Cândido Alves de Oliveira - Câmara Municipal de Ribeirão Grande
- 20 Célia M. T. Serrano - NEPAM UNICAMP
- 21 Cláudio C. Maretti - DO FF
- 22 Creuza Brísola - Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande
- 23 Cyro de C. Braga - PEI DO FF
- 24 Dalva das Graças Mendes - Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande
- 25 Déborah Stucchi - Ministério Público Federal
- 26 Devancir Aparecido A. Romão - IEA SAA
- 27 Dirce Maria Castro Oliviera - DAF FF
- 28 Elaine C. Ruby - CINP SMA
- 29 Eleonora Trajano - IB USP
- 30 Eliseu Cordeiro de Paula - PEI - DO
- 31 Emmanuel de Souza - Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande
- 32 Ernesto Go Koike - S/A Agro Industrial Eldorado
- 33 Evaldo Fernandes - IF
- 34 Evandro Pereira Fortes - Prefeitura Municipal de Eldorado
- 35 Fabio Raimo de Oliveira - SENAC
- 36 Fausto P. Campos - DRPE IF
- 37 Fernanda Padovesi Fonseca PROBIO CINP
- 38 Francisco A. Negri - IG SMA
- 39 Hélio Shimada - IG SMA
- 40 Henrique M.T. C. Mattos - Instituto Holdercim Brasil S/A
- 41 Honório Ezequiel Costa - Representante Bairro Boa Vista
- 42 Isabel Vieira - Ministério Público Federal
- 43 Ivonete Aparecida Lima - Revista Visual
- 44 Jair Maria de Oliveira PEI DO FF
- 45 Janine Bergmann - CETESB Educação Ambiental



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

- 46 José Carlos de Oliveira - Representante Bairro Boa Vista
- 47 José da Guia Rodrigues Morato - Comunidade São Preto
- 48 José Fernando C. Valle - DAT - FF
- 49 José Luiz Camargo Maia - DRPE IF
- 50 José Luli - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Iporanga
- 51 José Messias Dias - Comunidade Maria Rosa
- 52 José Oscar A. Laurino - S/A Industrias Votorantim
- 53 José Rodrigues da Silva - Comunidade Ivapurunduva
- 54 Julio Vellardi - DRPE IF
- 55 Kátia Pisciotta - DO FF
- 56 Leinad Ayer - Comissão Pró Índio
- 57 Lélis Ribeiro - Prefeitura Municipal de Eldorado
- 58 Lia Marcia Marinho - EGAI Espeleo Grupo Aragonitas Iporanga
- 59 Luis Alberto Bucci - IF SMA
- 60 Luis Fernando C.A. Feijó - DO FF
- 61 Luis Fernando Ferreira - ECO Brasil
- 62 Marcos Byngton Egydio Martins - DE FF
- 63 Margarete Micheletti - Imprensa
- 64 Maria do Carmo B. Coutinho - BIOMA
- 65 Maria do Carmo Botelho - DE Ass. Comunicação FF
- 66 Maria Ignez Maricondi - ITESP SJDC
- 67 Maria Inez Pagani - UNESP IB
- 68 Maria Olga do Amaral Malheiros - DE Assessoria FF
- 69 Maria Sílvia Müller de Oliveira - Programa Saúde da Mulher
- 70 Marie Sugyama - Instituto de Botânica
- 71 Marildo Manoel do Nascimento - Secretaria da Fazenda
- 72 Mario Buede Teixeira - PUCRS
- 73 Mauricio Marinho - PETAR IF
- 74 Meiriane B.V.Carvalho - USP Ecologia
- 75 Miguel Acácio dos Santos - PEI DO FF
- 76 Milton Moreira - Polícia Militar SP
- 77 Minoro Iwakami Beltrão - DEPRN Sorocaba
- 78 Mizué Kirizawa - Insituto de Botânica
- 79 Nadia Simões dos Santos - DO FF
- 80 Napoleão de Oliveira - Comunidade Pilões
- 81 Nelson Eizo Miguel - PECB IF
- 82 Nelson Moraes de Proença Junior - Polícia Florestal Registro
- 83 Nilton Rosa Pinto - Prefeitura Municipal de Iporanga
- 84 Ocimar J.B. Bim - PEI DO FF
- 85 Oliveira Alves Ramos - PEI DO FF
- 86 Oriosvaldo José de Araujo - Comunidade Iporanga
- 87 Osmani Mario P. Waldrigues Filho - DAT FF
- 88 Osvaldo Soares de Lima - PEI DO FF
- 89 Ozório Lutiis Silveira Martins - S/A Indústrias Votorantim
- 90 Paulino Rocha - Comunidade Pilões
- 91 Paulo Ursulino da Mota - PEI DO FF
- 92 Pedro Gnaspini Netto - IB USP
- 93 Raul Ezequiel Costa - Cômunidade Boa Vista
- 94 Renato Farinazzo Lorza - DAT FF
- 95 Renato R. Sales - DO FF
- 96 Roberto Burgi - PETAR IF



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

- 97 | Roque Justino Paes- PEI DO FF
- 98 | Rosângela Célia Ribeiro de Oliveira - IF
- 99 | Sandra Guanaes - CPLA SMA
- 100 | Sérgio Gomes Vassimon - DE Assessoria FF
- 101 | Sérgio Luiz dos Santos - PEI DO FF
- 102 | Silvani Cristina Alves - MAB Assessoria
- 103 | Silvia H. Stecca - Sociedade Civil
- 104 | Solange A. Lima - PEI Registro
- 105 | Sônia Maria Spair Kinker - PROCAM USP
- 106 | Thais de Freitas Sacco - COMTUR
- 107 | Valdeci de Almeida - IF
- 108 | Vandir M. Queiroz - Prefeitura Municipal Ribeirão Grande
- 109 | Vera Lucia B. Kuhi - CATI Campinas SAA
- 110 | Vicente Silvano de Souza - Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande
- 111 | Wagner Gomes Portilho - PEI Registro
- 112 | Waldneia Dias Ramos - EGAI Espeleo Grupo Aragonitas Iporanga
- 113 | Wanderley G. Oliveira - PEI DO FF
- 114 | Wandir Ribeiro - KFW SMA



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

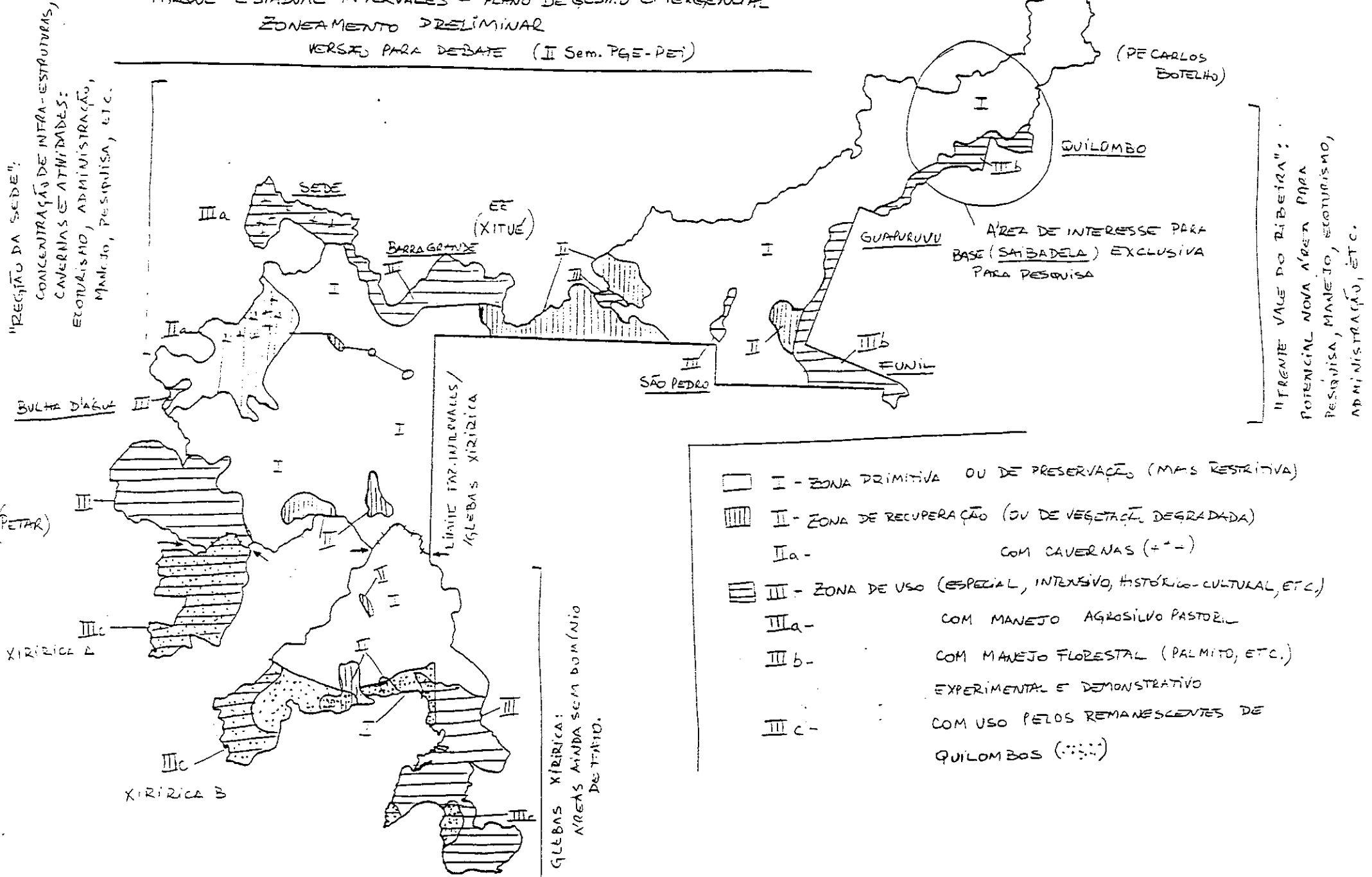
vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II SEMINÁRIO “Propostas e encaminhamentos para o PEI”**

ANEXO 2

Zonamento preliminar

PARQUE ESTADUAL INTERVALES - PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
ZONEAMENTO PRELIMINAR
VERSÃO PARA DEBATE (II Sem. PGE-PEI)



PARQUE ESTADUAL INTERVALALES - PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL - II SEM.
ZONEAMENTO PRELIMINAR (versão para debate)

Classe de zona	Caracterização sintética			Uso (ou manejo) permitido	Recomendações
	meio físico (geomorfologia)	meio biológico (vegetação)	"meio sócio-econômico" (usos)		
<p>I - Zona primitiva ou zona de preservação (mais restritiva)</p> <p>Compreende as áreas onde o ecossistema permanece praticamente intocado, ou onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana e contém espécies da fauna e da flora de grande valor científico.</p>	<p>Envolve a maior área do parque, abrangendo relevo diversificado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - morros baixos do Planalto de Guapiara e - morrotes baixos, morros, morros altos, escarpas em espigões e escarpas em anfiteatros do Planalto Ribeira-Turvo. - Dinâmica superficial: ravinamentos, rastejos, escorregamentos, quedas de blocos em vertentes rochosas, erosão laminar, entalhes em depósitos de diversos de materiais inconsolidados. - Declividade: 10 - 50 %. - Altitude: 80 - 1080 m. - Densidade de drenagem: média a alta. 	<p>Floresta Piuvial Tropical Atlântica, vegetação de porte arbóreo alto, densa, com pouca ou nenhuma perturbação.</p>	<p>Áreas de pouca intervenção, tanto atual, como em tempos anteriores, relativamente recentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O uso principal é a própria conservação. - As áreas classificadas dentro da zona primitiva (ou similar) permitem pesquisa, e eventualmente o turismo extensivo. Grandes restrições a alterações do meio natural, qualquer que seja a origem ou a razão. - As áreas que virão a ser definidas como zona intangível (ou similar) não poderão conter atividades de ecoturismo e terão restrições praticamente totais a quaisquer alterações, mesmo que pelas pesquisas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Seu detalhamento deverá ser alvo do plano diretor de gestão (ou plano de manejo) do parque, inclusive para que seja possível definir áreas da zona intangível. - Proposta de constituição de uma área exclusiva para pesquisa ao lado da base Saibadela (com, seqüencialmente, 50, 150 e 500 ha), incluindo estaqueamento, identificação da flora, condições do meio físico, et c. - Pesquisas e inventários de biodiversidade e ecologia.



Vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentado

<p>II - Zona de recuperação ou zona de vegetação menos densa (incluindo nestas, áreas para recuperação)</p> <p>Compreende as áreas em que a vegetação apresenta diversos graus de alteração.</p>	<p>- Na zona de recuperação predominam serras alongadas do Planalto Guapiara, morros, morros aguçados e morros altos do Planalto do Ribeira-Turvo.</p> <p>- Compreende aproximadamente 10% do total da área do parque.</p> <p>- Dinâmica superficial: ravinamentos, rastejos, escorregamentos e quedas de blocos, erosão laminar.</p> <p>- Declividade: 20 - 60 %.</p> <p>- Altitudes: 80 - 1.080 m.</p> <p>- Densidade de drenagem: média a alta.</p>	<p>Caraterizada por vegetação de porte arbóreo alto, parcialmente explorada e em franca recuperação.</p> <p>Esta zona contém ainda manchas isoladas de capoeira, caracterizada por vegetação de porte arbustivo a arbóreo baixo e de uso agrícola, que deverão ser objeto de recuperação.</p>	<p>Possivelmente a área contém trechos que já foram utilizados, e portanto com alguma degradação.</p>	<p>Áreas para recuperação, passando a pertencer a uma das zonas permanentes, ou de nível intermediário de restrição.</p> <p>Permite pesquisa, algum turismo e outras atividades com pequena alteração.</p>	<p>Deverão ser alvo de estudos mais detalhados, visando definir o tipo de restauração a ser realizado (se natural ou naturalmente agilizado).</p> <p>Pesquisas no sentido da recuperação das áreas degradadas.</p>
<p>IIa -Zona de recuperação com cavernas</p>	<p>Idem ao anterior (II).</p> <p>Área calcária com cavernas.</p>	<p>Contém os tipos descritos acima e ainda vegetação de porte arbóreo alto com pouca ou nenhuma perturbação.</p>	<p>Idem ao anterior (II).</p> <p>Área de utilização parcial para visitação.</p>	<p>Uma vez recuperada poderá ser incorporada por uma das zonas permanentes (inclusive para uso turístico extensivo).</p>	<p>Deverá ser alvo de maior detalhamento para que, após a sua recuperação, possa ser incluída em zona de uso especial (com trechos de zona primitiva).</p>

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentado

<p>III - Zona de uso especial Áreas com maior degradação, onde devem ser instaladas as infra-estruturas de apoio as atividades, sendo estas áreas intensivas, inclusive o ecoturismo.</p>	<p>Aproximadamente 25 % do total da área do parque. Apresenta geomorfologicamente a maior diversidade de superfícies:</p>	<p>Áreas bastante perturbadas do ponto de vista da vegetação, onde as áreas de capoeiras, e de uso antrópico predominam.</p>	<p>Áreas que sofreram um uso relativamente recente, quer seja Fazenda Intervalles, quer seja nas glebas Xiririca A e B.</p>	<p>Todos os usos compatíveis com a legislação de parques.</p>	<p>Esta zona, além de uso especial, deverá conter as áreas de uso intensivo, histórico-cultural e uso extensivo. Estudos posteriores definirão a subdivisão ou reclassificação.</p>
<p>IIIa - Zona de uso especial</p>	<p>- planícies aluviais (formas agradacionais), planícies de inundação, baixos terraços do Planalto do Ribeira-Turvo, incluindo: morros, morrotes baixos, morros paralelos.</p>	<p>Áreas bastante perturbadas do ponto de vista da vegetação, onde as áreas de capoeiras, e de uso antrópico predominam.</p>	<p>Inclui áreas que são intensivamente utilizadas pelo PEI, tanto para administração, manejo, como para o ecoturismo.</p>	<p>Concentração das infra-estruturas e estruturas de apoio à administração, ao manejo, às atividades agrosilvopastoris de apoio ao ecoturismo, de vigilância de hotelaria, et c.</p>	<p>Conforme o decreto que regulamenta os parques estaduais¹, poderá conter animais domésticos (p.ex. gado de leite) destinados aos serviços do parque estadual.</p>

¹ Segundo artigo 16, do Decreto (estadual) n.º 25.341, de 04 jul.86.

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentado

<p>IIIb - Zona de uso especial Deverá conter atividades de pesquisa científica e educação ambiental.</p>	<p>- Planalto Guapiara: morrotes baixos, morros e morrotes cársticos.</p> <p>- Depressão do Baixo Ribeira: planície de inundação, baixos terraços, colinas baixas, rampas de colúvio e depósitos de colúvio (formas de agradação).</p> <p>- Declividade: 2 - 60%.</p> <p>- Altitude: 60 - 1.080 m.</p> <p>- Densidade de drenagem: de baixa a média, a alta (a última junto ao Planalto do Ribeira-Turvo).</p>	<p>Áreas bastante perturbadas do ponto de vista da vegetação, onde as áreas de capoeiras, e de uso antrópico predominam.</p>	<p>Locais de uso anterior à consolidação da Faz. Intervalas.</p> <p>Áreas de concentração de estruturas de apoio a vigilância e pesquisa e alta incidência de roubo do palmito.</p>	<p>- Consolidação das infra-estruturas de apoio a vigilância e pesquisa, melhorando-a como segunda sede administrativa do PEI.</p> <p>- Manejo sustentado experimental e demonstrativo do palmito, e de outros recursos, se possível com as comunidades rurais. Essa pesquisa deve ser monitorada cientificamente, situando-se ao lado da área exclusiva para pesquisa ("laboratório vivo").</p>	<p>Ainda, conforme decreto que regulamenta os parques estaduais², esta área poderá conter experimentos com espécies nativas, onde poderá haver o abate e o corte, bem como o plantio de árvores, arbustos e demais formas de vegetação.</p>
<p>IIIc - Zona de uso especial</p>	<p>- Dinâmica superficial: solapamento das margens de canal fluvial, sulcos, ravinamentos, rastejos, erosão laminar, quedas de blocos, movimentos de massa, intemperismo químico, dissolução, carbonatação, abatimento de solo.</p>	<p>Áreas bastante perturbadas do ponto de vista da vegetação, onde as áreas de capoeiras, e de uso antrópico predominam.</p>	<p>Áreas utilizadas por comunidades "tradicionais", por fazendeiros e outros.</p> <p>Pode haver superposição de áreas reivindicadas, "títulos" de legalidade duvidosa, áreas de uso de fato, e direitos do estado.</p>	<p>Projetos de "extensão ambiental" junto às comunidades.</p>	<p>Estas áreas deverão receber estudos mais detalhados, visando sua inclusão (dentro de uma das categorias de manejo) ou exclusão dos limites do parque, uma vez que se encontra bastante alterada do ponto de vista da cobertura florestal (e depender também da caracterização das comunidades como remanescentes de quilombos)</p>

² Segundo artigo 11, do Decreto (estadual) n° 25.341, de 04 jul.86.



**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II SEMINÁRIO “Propostas e encaminhamentos para o PEI”**

ANEXO 3

Composição dos grupos de trabalho

Tema 1 - Pesquisa e manejo

GRUPO A - 16 participantes

Cordenadora: Eelona Trajano - USP

Relator: Luiz Alberto Bucci - IF

GRUPO B - 16 participantes

Coordenadora: Fernanda P. Fonseca - Probio/SMA

Relator: Leinad Ayer - Comissão Pró Índio

Tema 2 - Integração com as Unidades de Conservação vizinhas

GRUPO C - 18 participantes

Coordenador: José Luiz Maia - IF/SMA

Relator: Roberto Burgi - PETAR IF

GRUPO D - 14 participantes

Coordenador: Renato Sales - FF/SMA

Relator: Nelson M. Proença - Polícia Florestal Registro

Tema 3 - Ecoturismo e Educação Ambiental

GRUPO E - 20 pessoas

Coordenadora: Célia Serrano - Nepam/Unicamp

Relator: Luis Fernando C.A. Feijó - DO FF

GRUPO F - 16 participantes

Coordenadora: Maria do Carmo Coutinho - Bioma

Relator: Maurício Marinho - PETAR IF

Tema 4 - Entorno local e regional - Subtema Comunidades das glebas Xiririca

GRUPO G - 19 participantes

Coordenadora: Sandra Guanaes - CPLA/SMA

Relator: Maria Inês Maricondi - ITESP

GRUPO H - 16 participantes

Coordenadora: Maria Inês Mariconde

Relator: Sandra Guanaes - CPLA



Tema 4 - Entorno local e regional - Subtema Mineração

GRUPO I - 21 participantes

Coordenador: Hélio Shimada - IG/SMA

Relator: Marildo M. Nascimento - Secretaria da Fazenda

GRUPO J - 19 participantes

Coordenador: Pedro Gnaspini Neto - USP

Relator: Maria Inez Pagani

Tema 4 - Entorno local e regional - Subtema Palmito

GRUPO K - 19 participantes

Coordenador: Wagner Portilho - FF/SMA

Relator: Mário Teixeira - PUCRS

GRUPO L - 17 participantes

Coordenador: Renato Lorza - FF/SMA

Relator: Antonio E. Sodrzeiesvi - ASA Iporanga



**PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II SEMINÁRIO “Propostas e encaminhamentos para o PEI”**

ANEXO 4

Roteiros para as discussões dos grupos de trabalho



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI

Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 1: PESQUISA E MANEJO

Pequeno histórico/contexto

Projetos de pesquisa vem sendo realizados na Fazenda Intervalles desde 1988, tendo sido já concluídos mais de 50 trabalhos, nas áreas de ecologia, inventário de fauna e flora e estudos sócio-econômicos. Atualmente 15 projetos estão em desenvolvimento. Em 1995, em decorrência de problemas operacionais, a aceitação de novos projetos foi interrompida, permanecendo os já em desenvolvimento e o atendimento de alguns projetos eventuais. A escassez de recursos e a falta de mão de obra para apoio aos projetos são questões ainda não completamente resolvidas, mas, avaliando-se a "Pesquisa Científica" como uma atividade de extrema relevância, no contexto deste Plano de Gestão Emergencial é preciso que o reordenamento e a ampliação desta atividade sejam implementados a partir de agora.

Material de apoio disponível

- Diretrizes para pesquisa científica (documento elaborado na gestão da FF 90-94 e ainda consideradas pertinentes para a área).
- Síntese do seminário sobre pesquisas científicas na Fazenda Intervalles (agosto, 94).
- Listagens das pesquisas concluídas, em andamento e eventuais.
- Publicação sobre o funcionamento do Comitê Científico (Diário Oficial 19/10/91)
- Histórico sobre as atividades de pesquisa na Fazenda Intervalles.
- Síntese do I Seminário relativo ao Plano de Gestão Emergencial do PEI.
- Textos sobre fauna, compilados por pesquisadores envolvidos com a área.
- Observação de fauna por vigias (anotações de campo).
- Mapa com a localização das bases de pesquisa.

Propostas para discussão

- Manter um Comitê Científico para o Parque Estadual Intervalles, com as atribuições básicas de: restabelecer as diretrizes de pesquisa para a área, avaliar os projetos encaminhados, avaliar permanentemente o andamento das atividades. Para tanto,



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

o CC deve contar com um corpo de consultores "ad hoc", indicados pelos próprios membros do CC, os quais devem ser sete, mais os seus respectivos suplentes.

- Ampliação das possibilidades de acesso às diferentes regiões do parque, com a instalação de novas Bases de Pesquisa e implementação das bases já existentes. Para tanto deve ser instituído um grupo de trabalho com a incumbência de elaborar um "projeto" no sentido de buscar-se fontes de financiamento. Do ponto de vista de localização física, as bases de pesquisa estão vinculadas às estruturas estabelecidas para as bases de vigilância, havendo as relacionadas à região da Sede e as bases relacionadas ao Vale do Ribeira.
- No Vale do Ribeira a proposta é ampliar-se a estrutura já existente, compondo-se uma base especial exclusiva para pesquisa (ver detalhamento anexo).
- Proceder-se à elaboração de um projeto de estudo do manejo sustentado de palmito, em todas as suas fases, inclusive corte, com fins de pesquisa e ocupação das áreas próximas às linhas de divisa, com a possibilidade de ofertar-se trabalho no projeto às comunidades do entorno. Contemplar também outras possibilidades, como plantas medicinais, ornamentais, e considerar a necessidade de recuperação de espécies não arbóreas.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta as propostas, indicando aspectos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta.

Diretrizes principais

Prioridade para pesquisa

Auto-sustentação econômica da atividade.

Política para pesquisa:

- estudos de apoio a gestão do parque;
- revisão pelo CC das diretrizes vigentes;
- reforçar o enfoque sócio-econômico (manejo tradicional e tecnologias de manejo);
- indicadores de capacidade de suporte;
- zoneamento (utilizar a biodiversidade como base de definição da capacidade e indicador para o zoneamento); e
- gerenciamento de pesquisas de biodiversidade (royalties, patentes, suporte operacional).



PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI

Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 2: INTEGRAÇÃO COM AS UCs VIZINHAS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Pequeno histórico/contexto

As Ucs tem que se integrar em suas regiões e participar do processo sócio-econômico regional. O Parque Estadual Intervales compõe, juntamente com o Parque Estadual Carlos Botelho, PETAR e Estação Ecológica de Xitué, uma área contínua de mais de 120.000 ha de floresta atlântica em ótimo estado de preservação. É importantíssimo considerarmos o conceito de *continuum* ecológico na gestão desta área. Desta forma, ações comuns às UCs, bem como programas compatíveis e convergentes para os mesmos objetivos devem nortear a linha de trabalho de cada uma das unidades.

Material de apoio disponível

- Documento "Subgrupo de trabalho integração com unidades de conservação vizinhas"- Programas básicos desenvolvidos pelas UCs
- Decreto de parques

Propostas para discussão

- Priorizar as atividades conjuntas nas áreas de educação ambiental/uso público, pesquisa, fiscalização e entorno.
- Iniciar Planos de Gestão Emergencial das unidades PECB, PETAR e Xitué e planos de manejo de grandes propriedades vizinhas, com metodologia participativa com a sociedade e com planos integrativos entre si.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta a proposta, indicando aspectos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI

Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 3: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pequeno histórico/contexto

As atividades de ecoturismo são desenvolvidas no Parque Estadual Intervales desde 1988, na então Fazenda Intervales. O ecoturismo é considerada uma atividades que cumpre os preceitos do desenvolvimento sustentado, ou seja, é conservacionista, perpetuando-se ao longo do tempo, e gera recursos financeiros. No PEI as atividades de ecoturismo estão concentradas na região da Sede, havendo potencial para desenvolvimento de pólos ecoturísticos em outros pontos do parque. O ecoturismo tem uma componente de educação – informação/conhecimento – acentuada. Estão em andamento as parcerias com a Prefeitura de Ribeirão Grande, a Coopervales e o SENAC no sentido da melhoria das condições e da retomada do ecoturismo. As atividades mais dirigidas na linha de educação ambiental propriamente dita, se utilizam da infra-estrutura estabelecida para o ecoturismo. Atividades de educação ambiental foram realizadas junto aos funcionários e às escolas da região. O trabalho com as escolas, projeto Visitantes Regionais, está interrompido. O acompanhamento aos funcionários do parque faz parte de um processo lento e gradual.

Material de apoio disponível

- Documento "O Ecoturismo no PEI".
- Gráficos de ocupação.
- Relato das discussões preliminares, no âmbito do Plano de Gestão Emergencial.

•

Propostas para discussão

- Priorizar as atividades na região da Sede, profissionalizando os serviços e otimizando a capacidade de ocupação.
- Proceder-se a um estudo para avaliar a face Vale do Ribeira do PEI como um polo turístico potencial, considerando-se os "produtos ecoturísticos" disponíveis

(viabilidade técnica e econômica) e os impactos possíveis sobre a população local, bem como o envolvimento desta população neste tipo de atividade.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta a proposta, indicando aspetos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta; e
- que contemple os tópicos:
 - educação / treinamento aos funcionários;
 - educação ambiental nas comunidades;
 - reaproximação com escolas da região; e
 - reforço e estratégias de marketing (escolas privadas, grupos, eventos, etc.)



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI
Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 4: ENTORNO LOCAL E REGIONAL
SUBTEMA 4.1: Comunidades das glebas Xiririca

Pequeno histórico/contexto

O Parque Estadual Intervales compõem-se das seguintes áreas: Fazenda Intervales, com cerca de 38.000 ha, de propriedade e administrada pela Fundação Florestal e as Glebas Xiririca A e B, com cerca de 11.000 ha, consideradas terras devolutas. Ocorre que algumas áreas das glebas Xiririca são ocupadas por comunidades que solicitam o reconhecimento da condição de remanescentes de quilombos, o que lhes dá o direito à posse regulamentada da terra, garantido pela Constituição Federal. Foi instituído junto à Secretaria de justiça um Grupo de Trabalho "para dar plena aplicabilidade aos dispositivos constitucionais que conferem o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos", cujas deliberações serão plenamente acatadas.

Material de apoio disponível

- Texto preparado por ocasião da decretação do Parque Estadual Intervales
- Diagnóstico preliminar sobre as comunidades remanescentes de quilombos
- Resolução que cria o grupo de trabalho
- Síntese do I Seminário sobre o Plano de Gestão Emergencial
- Mapas preparados pelo ITESP

Propostas para discussão

- Em um primeiro momento, considerar as áreas utilizadas pela comunidade como pesquisa de manejo sustentado; em um segundo momento, ou altera-se a legislação de parques – admitindo-se populações humanas –, ou, com base nas deliberações do GT, encaminha-se à exclusão das terras requeridas pelas comunidades quilombolas dos domínios do Parque Estadual Intervales.
- Iniciar-se um processo de elaboração de projetos nas linha de "extensão ambiental" e desenvolvimento sustentado, para tanto estabelecendo-se parcerias dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente com técnicos de outras secretarias, das universidades e demais órgãos correlatos ao tema, especialmente processos agroflorestais incluindo o palmito e melhorias agrícolas.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta as propostas, indicando aspectos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI

Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 4: ENTORNO LOCAL E REGIONAL
SUBTEMA 4.2: Mineração

Pequeno histórico/contexto

A região da Sede do Parque Estadual Intervales é a mais intensamente utilizada de toda a área, abrigando as estruturas de ecoturismo e administração e concentrando, paralelamente à base Saibadela, no Vale do Ribeira, o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Na região da Sede a presença de rochas calcárias é acentuada. A ocorrência de cavernas calcárias é também freqüente, havendo 45 cavidades cadastradas, sendo que destas, apenas nove são liberadas para visitação. Está em tramitação um pedido de licença ambiental para a instalação de uma indústria de cimento no entorno do parque, inclusive com requisição para exploração de jazidas dentro do parque. A SMA indeferiu o pedido no que se refere à atividade no interior do parque e na área externa englobada por este, mas possibilitou a apresentação do projeto solicitando licença ambiental prévia (EIA) para outras minas e a fábrica de cimento. Outros tantos processos minerários estão em curso, envolvendo a área.

Material de apoio disponível

- Parecer SMA;
- Publicação sobre as cavidades da área (Eleonora Trajano & Pedro Gnaspini);
- Material elaborado pelo IG (Lemos & Shimada);
- Legislação sobre o tema.

Propostas para discussão

- Discutir a compatibilidade dos impactos ambientais da mineração com a conservação;
- Buscar atividades mais compatíveis com o conceito de desenvolvimento sustentado e preservando a característica do *continuum* ecológico formado pelas quatro Unidades de Conservação - PE Intervales, PE Carlos Botelho, PETAR e EE de Xitué.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta a proposta, indicando aspectos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta.



vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

PARQUE ESTADUAL INTERVALES
PLANO DE GESTÃO EMERGENCIAL
II Seminário Propostas e Encaminhamentos para o PEI

Roteiro para as discussões - 20/09

TEMA 4: ENTORNO LOCAL E REGIONAL
SUBTEMA 4.3: Palmito

Pequeno histórico/contexto

As florestas tropicais guardam inúmeras possibilidades de utilização. Pouco se faz, entretanto, no sentido de proceder-se a este uso de maneira sustentada, com a garantia de manter-se o recurso para as próximas gerações. O palmito é um dos recursos mais explorados da Floresta Atlântica. Apesar de já se ter toda uma tecnologia disponível para o desenvolvimento do chamado "Manejo sustentado do palmito", essa ainda é uma atividade incipiente, por razões diversas. O palmito tem uma excelente aceitação no mercado consumidor e vem desaparecendo dia a dia dos remanescentes florestais de todo o estado. Particularmente no Vale do Ribeira a exploração do palmito tomou proporções alarmantes, e a questão ambiental mesclase, novamente, à questão social. O Parque Estadual Intervales vem sendo alvo constante dos que comercializam o palmito ilegalmente, especialmente na vertente do V.Ribeira (municípios de Sete Barras e Eldorado).

Material de apoio disponível

- Cartilha sobre o manejo sustentado do palmito;
- Relatório sobre o "Encontro de Vigilantes do Parque Intervales e Unidades de Conservação vizinhas".

Propostas para discussão

- Proceder-se à elaboração de um diagnóstico da população localizada nas áreas circunvizinhas às bases Saibadela, Quilombo, Guapiruvu e Funil, para estabelecimento de uma futura aproximação com estas comunidades.
- Proceder-se à elaboração de um projeto de manejo sustentado de palmito, em todas as suas fases, inclusive corte, com fins de pesquisa e ocupação das áreas próximas às linhas de divisa, com a possibilidade de ofertar-se trabalho no projeto às comunidades do entorno.
- Apoiar estratégia estadual para regularização / legalização do mercado do palmito.
- Estender essa política para outros recursos florestais.

Indicações para o trabalho

Solicita-se ao grupo:

- que discuta as propostas, indicando aspectos positivos e negativos do enfoque escolhido;
- que indique formas de implementação da proposta.



FUNDAÇÃO
para a Conservação
e a Produção
FLORESTAL
do Estado de São Paulo

vinculada à Secretaria do Meio Ambiente

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____ / _____ / _____
cod. F O D 0 0 0 8 9

DIRETORIA DE OPERAÇÕES
para a conservação e o desenvolvimento sustentado

São Paulo, 23 de outubro de 1996.

Carta DO/FF 50

Prezado senhor

Estamos encaminhando o relatório do seminário realizado como subsídio para o Plano de Gestão Emergencial do Parque Estadual Intervales, "II Seminário - Propostas e encaminhamentos para o PEI - Síntese e resultados".

O documento traz o relato sucinto do seminário, com destaque para os resultados apresentados em forma de tabelas, dentro de cada tema proposto para discussão, além de anexos - alguns de conhecimento dos participantes do seminário, como os roteiros dos grupos de trabalho, outros não, como as diversas matérias que foram veiculadas em jornais antes, durante e após o evento.

O II Seminário representou a última fase das discussões ampliadas para a finalização do Plano de Gestão Emergencial do PEI. Desta forma, este relatório representa a síntese das propostas finais para o parque e, sendo assim, é importante que os que colaboraram para que chegássemos até aqui participem também da revisão deste documento. Sendo assim, estamos submetendo o relatório à sua análise, principalmente no que se refere às diretrizes e ações. Solicitamos também uma especial atenção ao "Zoneamento preliminar".

No encerramento do seminário ficou decidido que deveria haver ainda um último evento, de aprovação final das diretrizes e ações para o PEI pelo Secretário do Meio Ambiente, Deputado Fábio Feldmann, em conjunto com os participantes deste processo que caracterizou o Plano de Gestão Emergencial do PEI; o evento acontecerá no dia 20 de novembro próximo (convite anexo).

À disposição para quaisquer esclarecimentos e no aguardo de sua presença,

Atenciosamente

59


Cláudio Maretti
Diretor de Operações